

Deltan citou possibilidade de fazer repasses à TI, mostra relatório

11/06/2024

O relatório da correição feita pela Corregedoria Nacional de Justiça na autodenominada força-tarefa da “lava jato” mostrou que Bruno Brandão, diretor da organização não governamental Transparência Internacional Brasil, disse ter sido contatado pelo então procurador da República Deltan Dallagnol, ainda na fase inicial da “operação”, para falar sobre a possibilidade de a ONG receber repasses que seriam feitos pela 13ª Vara Federal de Curitiba — que tinha o hoje senador Sergio Moro como juiz titular. *A informação é do site GGN.*

De acordo com a reportagem, o depoimento prestado por Brandão — e encontrado pela Corregedoria — prova que “havia espaço para arbitrariedades na eleição dos possíveis beneficiários de valores nesses acordos” firmados na “lava jato”, conforme a Polícia Federal.

No interrogatório, Brandão disse que não se lembrava se o dinheiro em questão seria proveniente dos acordos de leniência e delação premiada fechados na “lava jato”.

“Indagado se a TI [Transparência Internacional Brasil] foi, em algum momento, sondada sobre a possibilidade de recursos oriundos de acordos de colaboração ou de leniência sob controle da 13ª Vara Federal de Curitiba fossem dirigidos para projetos da TI Brasil, [Bruno Brandão] respondeu que não sabe dizer se especificamente sobre acordos de colaboração ou de leniência, mas o depoente se recorda de que foi sondado pelo então procurador da república Deltan Dallagnol”, sustentou a PF, com base no depoimento de Brandão.

Apesar da proximidade com Deltan, chefe da “lava jato”, a Transparência Internacional Brasil não recebeu recursos da autodenominada força-tarefa. A ONG, porém, mostrou-se disposta a ajudar a definir o destino dos recursos para criar a Fundação Lava Jato.

Conluio em turma

A esse respeito, [reportagem da revista eletrônica Consultor Jurídico](#) mostrou que, em relatório de apoio à correição feita na 13ª Vara Federal de Curitiba, o delegado da Polícia Federal Elzio Vicente da Silva apontou que Moro, Deltan e a juíza federal Gabriela Hardt agiram em conluio para desviar R\$ 2,5 bilhões dos valores oriundos da “lava jato” para criar a fundação privada.

A pretensão dos procuradores, de Moro e dos outros personagens envolvidos caiu por terra após a Procuradoria-Geral da República — à época ocupada por Raquel Dodge — ajuizar ação de descumprimento de preceito fundamental no Supremo Tribunal Federal, que suspendeu o acordo e, conseqüentemente, enterrou o “sonho” da fundação.

O *GGN* destaca que a correição extraordinária citou o nome de Deltan mais de 80 vezes, mas ele não é investigado no Conselho Nacional de Justiça. “Os fatos, no entanto, ainda serão encaminhados à Procuradoria-Geral da República, que decidirá se adotará providências na esfera penal”, explicou a reportagem.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-jun-11/deltan-citou-possibilidade-de-fazer-repasses-a-ti-mostra-relatorio/>

José Cruz/Agência Brasil



*O ex-procurador da República e deputado federal cassado
Deltan Dallagnol*